

Palácio Pamphili – a Casa do Brasil em Roma: patrimônio e símbolo de poder que a nação desconhece

Ednaldo Soares

Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, Bahia, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-9965-1828>

E-mail: edso507779@gmail.com

Resumo: Valendo-se do uso de métodos diversificados (histórico, teleológico e sistemático), buscou-se entender a origem, a finalidade e a conexão da aquisição do Palácio Pamphili em Roma pelo governo brasileiro, *i.e.*, por um país, então, pertencente ao Terceiro Mundo. O texto resulta de uma pesquisa bibliográfica e de inúmeras visitas ao palácio. Exalta-se a importância da compra do referido imóvel, devido ao seu valor tanto artístico, quanto histórico-cultural, mas também pela intrínseca demonstração de poder da elite brasileira, que se sente representada naquela herança palaciana. Ressalta-se o desconhecimento desse patrimônio pela maioria da população brasileira.

Palavras-chave: Patrimônio; Palácio Pamphili; Patrimônio histórico; Patrimônio cultural; Patrimônio desconhecido.

Patrimonialization of the gastronomic traditions of São Bartolomeu/MG as a promotion of tourism and cultural identity

266

Abstract: By using historical, teleological, and systematic methods, it has been sought to understand the origin, purpose and connection of the acquisition of the Pamphili Palace in Rome by the Brazilian government, *i.e.*, by a country, at that time, said to belong to the Third World. The paper comes from a bibliographic research and innumerable visits to the palace. The importance given to the purchase of such a property due to its artistic, historical, and cultural values is herein emphasized, but also because of the intrinsic demonstration of power of the Brazilian elite that feels represented in such a palace. However, it is noteworthy the lack of knowledge of this heritage by the majority of the Brazilian population.

Keywords: Heritage; Pamphili Palace; Historical heritage; Cultural heritage; Unknown heritage.

Texto recebido em: 17/04/2020

Texto aprovado em: 25/08/2020

Introdução

O conceito ampliado de patrimônio, do Latim *patrimonium* – herança paterna, compreende o “bem ou conjunto de bens naturais ou culturais de importância reconhecida, que passa(m) por um processo de tombamento para que seja(m) protegido(s) e preservado(s)” (HOUAISS; VILLAR, 2009, p. 1447). Seguindo essa mesma *rationale*, o *Collins English Dictionary* (1994, p. 727), também, assim o define:

Heritage: anything that has been transmitted from the past or handed down by tradition; the evidence of the past, such as historical sites, buildings, and the unspoilt natural environment, considered collectively as the inheritance of present-day society.

A expansão ocorrida no conceito original de patrimônio, *i.e.*, herança paterna, enfatiza o aspecto cultural que a herança do passado contém. Dai a seguinte definição, dada por pesquisador do tema:

O patrimônio cultural se constitui de bens móveis ou imóveis e de representações assentadas em conceitos históricos, etnográficos, paisagísticos ou ambientais, que de algum modo corroboraram para a formação das identidades de etnias ou grupos sociais. Trata-se de bens que conjugam dados cognitivos, estilísticos e afetivos com os quais as comunidades se identificam. (PELEGRINI, 2006 *apud* ARRUDA, 2009, p. 168).

A concepção expandida do conceito de patrimônio, ainda segundo pesquisadores a seu respeito (*e.g.*: FUNARI; PELEGRINI, 2009), teve início ou se desenvolveu após a criação dos Estados-nação, isto é, a partir do advento da Revolução Francesa de 1789. Por conseguinte, de acordo com Miranda ([199-]), tem a ver com o Direito francês.

Sabe-se que a ampliada concepção desse conceito surgiu, no entanto, bem antes; seja quando o “bem” começou a ter seu valor didático e/ou comunicativo evidenciado, a exemplo dos documentos e monumentos antigos/medievais (CARTA, 2002. *Apud.* SOARES, 2019); seja a partir de 1420, ano da eleição do papa Martinho V (Oddone Colonna) e o início do programa de restauração e reabilitação material da cidade de Roma a que ele se propôs, cujo lema *Dirutas ac labantes urbis restauravit ecclesias* mandou gravar em medalhas, fato que lhe concedeu loas por haver restaurado igrejas antigas, uma parte da muralha urbana romana, a *Ponte Milvio* e o *Campidoglio* (NATALI, 2004).

Desde então, por meio de legislação pontificia (bulas), a Igreja Católica passou a cuidar do patrimônio histórico/cultural, considerando seu valor instrumental enquanto testemunho legítimo de um passado selecionado e institucionalizado, como forma de afirmação de poder político. É também esse fito, isto é, de demonstração de poder, que o historiador italiano Marco Bartolucci (1994) destaca, ao narrar a história do Palácio Pamphili, em Roma, propriedade atual do governo brasileiro e sede da Embaixada do Brasil na Itália:

Pode-se ler a história do Palácio Pamphili, na Praça Navona em Roma, como metáfora do poder de uma grande família e do amor pela arte de um Papa, Inocêncio X. Isso num século como o XVII, no qual poder e arte estavam intrinsecamente ligados; ou melhor, no qual a arte era um meio eficaz de afirmação do predomínio político, econômico e social, e o poder se manifestava por meio da criatividade e do gênio de grandes artistas, amigos dos príncipes e de altos prelados, que projetavam solenes obras de arquitetura e majestosos conjuntos pictóricos para seus aristocráticos e requintados comitentes. (BARTOLUCCI, 1994, p. 3).

Nesta pesquisa, o interesse se volta à expressão ou demonstração de poder por meio da posse de construções arquitetônicas majestosas e/ou de obras de arte produzidas por renomados artistas, transformadas em patrimônios culturais. Toma-se o caso particular do Palácio Pamphili em Roma, que, é demonstração de poder da elite brasileira, configurada na posse de um imóvel grandioso, cuja aquisição foi amplamente questionada pelos romanos, pois, independentemente do proprietário, o Palácio Pamphili é um patrimônio cultural italiano, pelo que significa para a história de Roma, *caput mundi* e sede da Igreja Católica.

Patrimônio cultural de valor inestimável ora pertencente ao Brasil, mas geograficamente localizado fora dos limites físicos do país, o Palácio Pamphili é desconhecido da maioria dos brasileiros, sendo poucos os que têm o azo de visitá-lo e de apreciá-lo em sua exuberante totalidade.

Esclarece-se aqui, mesmo que brevemente, por que Roma recebe a denominação *caput mundi*. De modo particular e detalhadamente histórico, Afonso Arinos de Melo Franco enfatiza bem as razões, em seu livro de título palíndromo “Amor a Roma” (1982). Não é o objetivo aqui especificá-las todas. Uma das razões, porém, está na “*Aeneid*”, na qual o poeta Virgílio declara ser dever de Roma governar o mundo, criar leis e trazer civilização em tempos de paz, poupar os conquistados e punir os rebeldes (SCHULZE, 1998). Ainda de acordo com Hagen

Schulze (1998, p. 1), “[t]here was no higher status than being a Roman citizen; the apostle Paul was just (...) proud of it.”

Ratificam também a referida denominação atribuída a Roma os seguintes fatos:

In modern times the Imperium Romanum is the ‘distant mirror’ (...) in which all the nations of Europe (...) have continued to recognize their own reflections up to the present day. The foundations of national statehood and law, the customs of urban life, our languages and ways of thinking, our alphabet and books, our architecture – in short, the whole basis of the modern world in the West is unimaginable without the contributions of Roman civilization and the two older interwoven with it, those of Greece and the Hellenistic Orient. (SCHULTZE, 1998, p. 2).

A pergunta nunca silenciada ainda hoje questiona: que brasileiro a Casa do Brasil em Roma representa? Os que vivem em sobrados, em coberturas, em Ipanema, nos Jardins, no Corredor da Vitória, ou os que habitam em mocambos, nas lajes das favelas, na Vila Sônia, na Cidade de Deus, no Bairro da Paz? Não é preciso uma investigação ou análise aprofundada para se concluir que os representados são os brasileiros listados na primeira parte da questão retro. Todo o esforço envidado para a aquisição do Palácio Pamphili pelo governo brasileiro tinha, antes de tudo, a necessidade de demonstração de poder por parte da elite nacional. Isso, sem qualquer preocupação no que diz respeito à *accountability* perante a nação inteira. Lembra-se, que poder é aqui assumido como “*capacità di influenzare in modo determinante persone o situazioni*” (ENCICLOPEDIA ZANICHELLI, 1995, p. 1437).

Palácio Pamphili

Oriundo de um pequeno palácio situado na Praça Pasquino, no bairro Parione em Roma, adquirido por Antonio Pamphilj em 1470, expandiu-se por meio de compras subsequentes até o final dos 1500. Entre 1644 e 1650, foi aumentado por Giovanni Battista Pamphilj, eleito papa Inocência X, em 15 de setembro de 1644. A configuração arquitetônica atual do palácio, resultante da junção de vários prédios adquiridos posteriormente, reitera-se, é obra do arquiteto Girolamo Rainaldi, que a ele se dedicou visando a concluí-lo para o Jubileu de 1650. Além deste, outro arquiteto, Francesco Borromini, foi o responsável pela decoração do salão magno e

da construção de uma galeria, pintada por Pietro da Cortana. Os afrescos representam cenas de “A Eneida” (epopeia virgiliana) e evocam a lenda de serem os Pamphilj descendentes de Eneias, lendário fundador de Roma. (HINTZEN-BOHLEN, 2006; BARTOLUCCI, 1994).

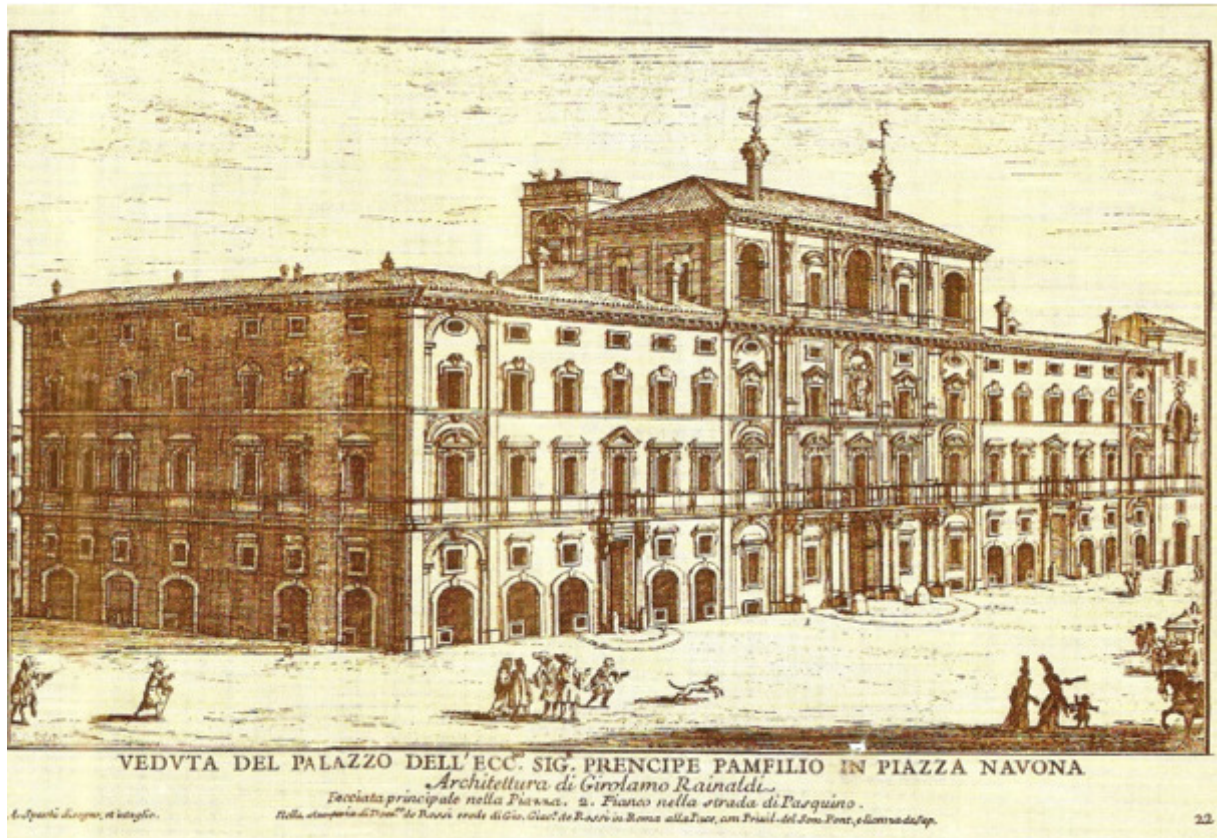


FIGURA 1

Palácio Pamphili

Situado na Piazza Navona, uma das principais praças romanas e do mundo, erguida no lugar onde antes existira um estádio destinado a competições esportivas, construído no século I d.C. pelo Imperador Domiciano, o Palácio Pamphili e a contígua Igreja de Santa Inês (*Sant'Agnese in Agone*), outrora a capela do palácio, formam um quarteirão muito representativo da “Roma Barroca”. Esse cenário é complementado por três fontes, entre as quais se destaca a Fonte dos Quatro Rios (*Fontana dei Quattro Fiumi*), obra do arquiteto Gian Lorenzo Bernini, plantada no centro da praça.

Os romanos eram dados a festejos, geralmente, celebrados em vias ou praças públicas. Há registros históricos que, da segunda metade do século XVII até o fim de 1867, um desses festejos acontecia na Piazza Navona, no verão, aos sábados, domingos e feriados, durante o mês de agosto. Nas tardes desses dias, os tubos de drenagem das fontes da praça eram fechados. As piscinas das fontes transbordavam e inundavam a praça, atingindo uma altura de mais ou menos cinquenta centímetros. O sítio, inundado, tornava-se palco da *sfilata* de carruagens e cavaleiros para a alegria de uma animada plateia apinhada nos balcões dos edifícios ao redor da praça (THOMAS, 1823. *Apud*. BIAGI, [1992], p. 28, 76).

A fachada do Palácio Pamphili, repete-se, é voltada para a Piazza Navona. O primeiro andar dessa parte frontal destina-se à residência do embaixador (dependências privativas e sociais). A área social compreende os seguintes aposentos: o salão magno, uma sequência de sete salões e uma galeria. No pavimento térreo, rés-do-chão, encontram-se: a portaria principal do palácio, área para estacionamento de veículos oficiais e de visitantes, a Galeria de Arte, a Biblioteca Tullio Ascarelli (denominada, como homenagem do Brasil ao jurista italiano que lecionou na Universidade de São Paulo, para quem doou sua coleção de milhares de livros de Direito Comparado), o auditório do Centro de Estudos Brasileiros e outros aposentos residenciais destinados a funcionários da Embaixada, com saídas para a Via Santa Maria dell'Anima, atrás do palácio. Nesta rua, estão as entradas/portarias do Consulado Geral do Brasil e do Escritório de Representação do Brasil junto à *Food and Agriculture Organization* (FAO), da Organização das Nações Unidas (ONU), com sede em Roma. Espalhados pelos demais andares do edifício há: outros apartamentos destinados à morada de diplomatas (*e.g.*: ministro conselheiro e secretários); os escritórios das três “aditâncias” militares (Aeronáutica, Exército e Marinha); o gabinete oficial do embaixador; e os escritórios dos diversos setores administrativos da Embaixada (Chancelaria).



FIGURA 2

**Piazza Navona (Roma)
Prédio da Embaixada do Brasil (primeiro plano, à esquerda)**

Salões e galeria

A magna *Sala Palestrina*, decorada por Francesco Borromini, é o maior e o único salão que está localizado no interior do edifício, sem vista para a Piazza Navona. Dedicada ao compositor Pier Luigi da Palestrina, nela acontece a maioria das recepções e dos ocasionais concertos. No passado, a Palestrina foi palco de bailes e dos primeiros concertos do compositor Arcangelo Corelli. Os outros salões são ricos em afrescos realizados entre 1634 e 1671, obras de renomados artistas, tais como: Giacinto Gimignani, Agostino Tassi, Andrea Camassei, Francesco Borromini, Gaspard Dughet, Giacinto Brandi, Pietro da Cortona. Este último, repete-se, foi o responsável pelos afrescos da galeria; por isso, a homenagem ao seu nome (BARTOLUCCI, 1994).

Para os estudiosos de arte, nem o Palácio Barberini, de arquitetura mais grandiosa, pode se vangloriar de possuir as paredes decoradas com igual magnificência. Enquanto no Palácio Barberini há apenas um afresco atribuído a Pietro da Cortona, intitulado *Il Trionfo dei Barberini* (O Triunfo dos Barberini), no Palácio Pamphili há uma galeria inteira com seus afrescos, além de dezoito ambientes afrescados por uma dezena de artistas. Isso torna o Palácio Pamphili o guardião de uma verdadeira e única antologia da pintura barroca romana do século XVII.



FIGURA 3

**Embaixada do Brasil em Roma:
Sala Palestrina**

Muitos dos afrescos estiveram ocultos por mais de cento e cinquenta anos. Foram descobertos durante as obras da restauração do palácio, após sua compra pelo governo brasileiro, quando se procedeu à demolição de algumas paredes e tetos-falsos. A descoberta desse tesouro artístico foi amplamente noticiada pela imprensa italiana. (*L'ESPRESSO MESE* *apud* GONDIM, 1963).

A partir da esquerda da fachada vista da praça, os salões estão distribuídos na seguinte ordem: o primeiro deles conta a história de *José, o Judeu*, em quatro cenas “descritas com extrema simplicidade de estilo e de conteúdo” (BARTOLUCCI, 1994, p. 12). A autoria dessa obra é discutível: seria de Gimignani ou de um de seus ajudantes? Ainda hoje, essa dúvida persiste.

Continuando na direção para a direita, encontra-se a *Sala de Moisés*, na qual se narram, extraídos do livro do Êxodo, episódios da vida desse personagem bíblico, de extrema significância, no passado e no presente, para o povo hebreu. Toda obra é atribuída a Giacinto Gimignani, discípulo de Poussin e de Cortona. Dali se chega à *Sala das Marinhas*, cujas pinturas são as que despertam maiores interesses. As

paisagens, emolduradas por octaedros, representam marinas, embarcações, pescadores, transeuntes e marinheiros. Todas foram pintadas por Agostino Tassi, cujo nome verdadeiro era Agostino Buonamici, paisagista romano, criador do gênero pictórico “Marina”. (BARTOLUCCI, 1994).

Em seguida, tem-se a *Sala de Baco*, pintada por Andrea Camassei, em 1648. Ali, estão apresentados quatro momentos do mito Baco. Dela, passa-se à *Sala dos Países*, cuja decoração é exclusivamente pictórica, obra de Gaspard Dughet, realizada entre 1644 e 1647. A seguir, vem a *Sala da História Romana*, “dedicada aos acontecimentos de maior relevo do período clássico” (BARTOLUCCI, 1994, p. 18). A decoração é em estuque dourado (estilo baixo-relevo), com esculturas desnudas, pintadas em claro-escuro. O salão é ainda adornado com escudos contendo imagens isoladas de Júpiter, Minerva, Baco e Netuno. As demais cenas representam a origem da cidade de Roma extraídas do livro “História de Roma”, de Lívio, pintadas nas paredes da sala por Giacinto Gimignani, em 1653. (BARTOLUCCI, 1994). O último salão, antes de se chegar à Galeria, é a *Sala de Ovídio*, cujo esplendoroso teto, desenhado pelo arquiteto Francesco Borromini, tem em seu centro o brasão da família Pamphilj. Nas paredes estão reproduzidas algumas cenas extraídas das “Metamorfoses”, de Ovídio:

Adônis e Vênus, Danae, Prometeu acorrentado, (...) Polifemo que mata Aci com uma pedra, Mercúrio no ato de entregar o fruto a Paris e o Triunfo de Gálata. (...) Marte com Vênus, Apolo e Dafne. [O] rapto de Europa, Júpiter e Antíope, Perseu e Andrômeda. (BARTOLUCCI, 1994, p. 19).

Por muito tempo, a autoria de tais pinturas foi atribuída a Andrea Camassei, mas, atualmente, revelaram-se obras de Giacinto Brandi, de acordo com documentos da família Pamphilj (BARTOLUCCI, 1994).

O último recinto à direita da fachada é a *Galeria Cortona*. Desde sempre, essa galeria é o local privilegiado do palácio, onde se recebem, ainda hoje, os hóspedes ou visitantes mais ilustres, deixando-os estupefatos com as obras-primas que ali se encontram. “Com 33,20 metros de comprimento e 7,20 metros de largura, foi projetada por Francesco Borromini e decorada por Pietro da Cortona, com estórias da vida de Enéias” (*sic*) (BARTOLUCCI, 1994, p. 20). Acima das duas únicas e elegantes janelas da sala vê-se o estema do papa Inocêncio X, *Sub Umbra Alarum Tuarum* (parte do versículo 4, do Salmo 91 - “:אֲמַתּוֹ יִסְךָ לְךָ וַתַּחַת- כַּנְפָיו תִּחְסֶה צִנּוֹה וְסִתְרָה אֲמַתּוֹ:” - “בְּצִבְרוֹתוֹ”, ou seja, “Ele te cobrirá com as suas penas, e *debaixo de suas asas* estarás

seguro: a sua verdade é escudo e broquel”). Na Galeria, encontram-se: decoração com motivos florais, doze portas adornadas, enfeitadas com molduras em estuque e máscaras. As pinturas da abóboda foram iniciadas em 1651 e terminadas em 1654. (BARTOLUCCI, 1994).



FIGURA 4

Galeria Pietro da Cortona: Afresco (detalhe)

A aquisição do Palácio e a inauguração da Casa do Brasil em Roma

Havia 40 anos que a Embaixada do Brasil em Roma ocupava parte do Palácio Pamphili, quando sua proprietária, a princesa Orietta Doria Pamphili, decidiu colocá-lo à venda, em 1959. Na época, o preço para a aquisição total do Palácio (excluídos a Igreja de Santa Inês e o Colégio Pamphili) foi estipulado em Lit. 1.260.000.000 (um bilhão e duzentos e sessenta milhões de liras italianas). No

final, após muita barganha, o Brasil pagou pelo palácio Lit. 900.000.000 (novecentos milhões de liras italianas), em quatro prestações (duas de Lit. 200.000.000 e duas de Lit. 250.000.000), entre setembro de 1960 e setembro de 1961, mais as indenizações pagas a 31 inquilinos pela desocupação do imóvel, ao custo total de Lit. 95.555.000 (noventa e cinco milhões e quinhentos e cinquenta e cinco mil liras italianas). Na época, as obras de restauração custaram Lit. 350.000.000 (trezentos e cinquenta milhões de liras italianas) (GONDIM, 1963).

A aquisição foi efetuada nos termos do contrato de promessa de compra e venda, datado de 31 de agosto de 1960. Os recursos para o referido pagamento provieram em parte de dinheiros públicos (créditos especiais, fundos do Instituto Brasileiro do Café – IBC), em parte de contribuições particulares obtidas pelo Grupo Interparlamentar Brasil-Itália, chefiado pelo Presidente da Câmara dos Deputados, Doutor Paschoal Ranieri Mazzilli e, pessoalmente, pelo embaixador Hugo Gouthier. (GONDIM, 1963).

A tarefa para se chegar à efetivação da compra não foram só flores, pois, a partir de 18 de outubro de 1960, teve início uma grande campanha empreendida pela imprensa italiana contrária à concretização da transação. O clamor era que Roma e a Itália perderiam parte de seu patrimônio histórico e cultural para outro país. Perda idêntica à ocorrida em 1904, quando Camillo Barrère “concluiu com os Bourbons de Nápoles o contrato que tornou a França proprietária do mais belo palácio italiano de 1500, o Palácio Farnese” (*sic*) (GONDIM, 1963, p. 23). O desenlace para a aquisição do Palácio Pamphili, cujos trâmites burocráticos levaram mais ou menos um ano, envolveu gestões executivas diversas: Juscelino Kubitscheck, Jânio Quadros, João Goulart e Tancredo Neves.

A inauguração da Casa do Brasil em Roma se deu em 05 de novembro de 1961, na Sala Palestrina. Contou com as presenças do Primeiro Ministro Tancredo Neves (Brasil), do Primeiro Ministro Amintore Fanfani (Itália), do Embaixador Hugo Gouthier, o articulador da aquisição do palácio pelo governo brasileiro, grande número de autoridades brasileiras e italianas e de convidados expressivos da sociedade local. Os brasileiros que, à época, viviam em Roma, mesmo os detentores de educação superior e que lá estavam como pesquisadores, mas sem expressão nos altos estratos sociais, não foram convidados para a festa de inauguração do Palácio ou Casa do Brasil em Roma.

Venerdì 18 Novembre 1960

L'Unità

ORGANO DEL PARTITO COMUNISTA ITALIANO

Il segretario del Partito Socialista ha confermato questa tendenza vedendo la necessità del centro sinistra nella pressione verso e nella mutata situazione generale. Il divario si è invece nel giudizio sul centro sinistra (che il compagno Ammaroli è entusiasta, nonostante le difficoltà che egli stesso e nel calcolo delle forze in esso devono impegnare i cattolici per primo Ammaroli, tutto l'elemento laico e democratico secondo i comunisti).

Questo tema che oggi il Congresso si è già polarizzato. In alcuni bolognesi, ai tentativi di introdurre lo schiarimento di centrosinistra nella Regione, contrappongono un'alleanza larghissima di forze laiche e progres-

...anza da rendere sempre concreta, come ha detto ieri... e oggi Bellettini, grazie a una completa elaborazione grammaticale in cui il parere maggioritario impone. Elaborazione, ha preannunciato Bellettini, non tecnica, redotta da una lotta e da una scelta politica di obiettivi, da impiegare di forze che con cui condurre la lotta. E' questa la vera «omogeneità»: raccogliere per una comune le forze omogenee in comune lo scivolone è particolarmente chiaro l'Emilia, dove lo sviluppo economico e sociale ha raggiunto un grado superiore e della media italiana, grazie all'impegno delle forze democratiche, alla maturazione delle masse, all'azione dei comunisti e socialisti... è la strada da seguire... della di incrinare questa unità per adeguare l'azione politica emiliana a sovversiva.

...obienza regionale — sottolineato Cenerini — è un problema di fondo tutto il partito deve im-

...si, anche più di quanto abbia fatto finora. Su questo punto su tutta la realtà, l'azione dei comunisti deve imporsi nei fatti, dando una politica chiara, avanzata, capace di risolvere i problemi essenziali della terra, a quella classe operaia, a quella cooperazione e dei ceti produttivi ed intellettuali, all'inclusione, rinnovamento politico e rinnovamento etico, creando la massività sugli obiettivi con la nuova maggioranza non comporta alcun tentativo revisionistico.

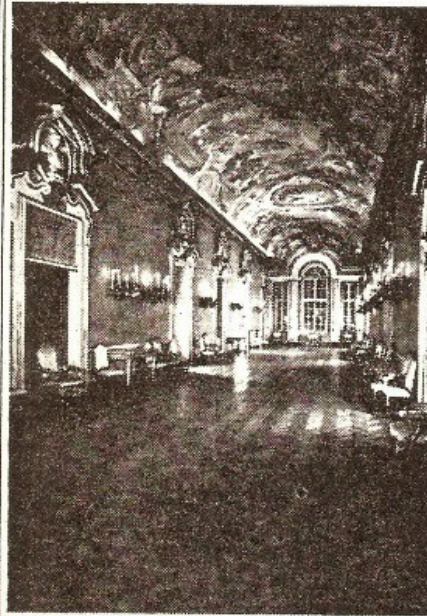
...a questo punto che il gno Fortinetti si è difeso dal nesso tra lo Stato democratico e lo Stato socialista, quale è concepito dai comunisti. Nessuno Stato è reale, in quanto la razza e il socialismo sono inscindibili. Talché noi possiamo contemplare un'evoluzione dello stesso passaggio dal socialismo al socialismo democraticamente e per

...zione Nazionale Confederazione Giovanista Italiana è il giorno 9.

Da parte di « Italia nostra »

«No» alla vendita di palazzo Pamphili

Lo Stato invitato a valersi del diritto di prelazione — L'edificio venduto per 900 milioni



L'annunciata vendita di palazzo Pamphili da parte dei principi Doria-Pamphili alla ambasciata del Brasile, continua a suscitare commenti poco favorevoli negli ambienti più sensibili dell'opinione pubblica.

«Proprio ieri «Italia nostra», la nota associazione per la tutela del patrimonio artistico e naturale del Paese, ha reso noto il testo di una lettera sull'argomento indirizzata al presidente del Consiglio, al ministro della Pubblica Istruzione, al ministro degli Interni, nonché ai dirigenti del Consiglio superiore delle Belle Arti, delle Antichità e Belle Arti e della Soprintendenza ai monumenti del Lazio.

Nel documento fra l'altro si dice: «Tale palazzo, di proprietà privata, è rimasto sino ad oggi inaccessibile al pubblico e quasi sconosciuto agli stessi studiosi.

«Costruito come è noto da

Innocenzo X nel 1648 su progetto dell'architetto Girolamo Rainaldi, con la collaborazione di Francesco Borromini, esso contiene oltre alla famosa galleria di Pietro da Cortona, numerosi saloni affrescati da insigni pittori del '600, tra i quali: G. F. Romanelli, Gaspare Duquel, Francesco Alliprandi, Andrea Camassei, Giacinto Brandi, ed altri.

«Pur non trovandosi nulla da obiettare, in linea di principio, che un palazzo di così grande importanza storica e artistica passi in proprietà di una nazione straniera, si ritiene indispensabile e doveroso, data la favorevole occasione, che lo Stato italiano si sostituisca nell'acquisto allo Stato brasiliano, esercitando il diritto di prelazione ai sensi di legge. In tal modo lo Stato potrebbe offrire alla cultura e al pubblico godimento un eccezionale complesso artistico e storico».

Finalmente, il 26 luglio del 1943, Roveda può nuovo parlare ai lavori e dopo 17 anni di inzio egli tiene in piazza Duomo il primo congresso per il Partito. Comincia allora il lavoro per la sostituzione ed il rafforzamento dei Comitati di liberazione. A Roma, era stato inviato, quale rappresentante del Partito nel Comitato di liberazione nazionale, Roveda condurre un'energica azione per costringere il governo Badoglio a liberare dal carcere i comunisti. Solo in seguito alla vittoria di Roma si decise di liberare tutti i confinati ed i cerati politici.

Il sopraggiungere nel settembre non consentì a Roveda e a Buzzi di organizzare, così come avevano preannunciato, la Conferenza dei lavoratori dell'industria. Tuttavia, allora stipulato un accordo che avrà poi un certo valore.

Tra la Conferenza dei lavoratori e la Conferenza dell'industria si giunge, infine ad una prima regolamentazione delle Commissioni interne.

Liberato dai Gap

In quei primi giorni di settembre le SS e la polizia fascista danno caccia spietata a Roveda quale prima, per darsi a rifugiare in un paese extraterritoriale, gli offrendo l'offerta di ospitalità che gli era venuta da alcuni amici cattolici disprezzati, una tuta organizzata da Rogerio Bruno Koch. Precedentemente anche il rifugio di Roveda è arrestato, ucciso a Regina Coeli, mediamente trasposto a Firenze, e il giorno 22 dicembre del 1944 a Padova. Il 6 gennaio è trasferito a Verona e rinchiuso nella speciale del carcere occupata allora dai men, del « gran consiglio ». Roveda, attentamente vegliato ed isolato si libera il primo del giugno '44 in seguito ad una esecutiva azione di GAP da riesce a fuggire, salvandosi così da una razzia quasi certa. I sei GAP prendono parte alla razzia impresa vengono feriti ed uno degli ufficiali muore. Roveda, a termine dell'operazione, si libera.

IN BREVE

Il Messaggero

anno 82 (82) - N. 000 IL MERIDIANO Lunedì 6 novembre 1961

Inaugurata ufficialmente la « Casa del Brasile »

Il Presidente del Consiglio dei Ministri on. Fanfani e il Presidente del Consiglio dei Ministri brasiliano, dott. Neves, sono intervenuti ieri pomeriggio alla cerimonia inaugurale della nuova casa del Brasile in Roma, nel restaurato Palazzo Doria Pamphili in piazza Navona.

Alla cerimonia inaugurale hanno partecipato anche l'ambasciatore del Brasile in Italia signor Gauthier, il ministro italiano per la Pubblica Istruzione on. Bosco, l'ambasciatore Sola, presidente dell'Associazione Italo-Brasiliana, vari parlamentari dei due Paesi, e personalità del mondo economico e della cultura.

Brevi discorsi, per esaltare la amicizia italo-brasiliana, sono stati pronunciati dall'ambasciatore Gauthier, dal presidente Neves e dall'on. Fanfani.

A mais recente restauração feita no Palácio Pamphili ocorreu no final dos anos 1990/início dos anos 2000, na gestão do embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, em atenção à recomendação da Superintendência de Bens Culturais da Itália e ao esforço de preparação da cidade de Roma para o “Jubileu do Ano 2000”. A direção das obras esteve a cargo da arquiteta ítalo-brasileira Augusta Cyrillo Gomes, radicada em Roma. O custo da restauração foi inicialmente orçado em US\$ 4 milhões. Em uma ação conjunta da Embaixada do Brasil em Roma com a Secretaria de Comunicação do governo brasileiro, buscou-se arrecadar o valor por meio de campanha, sendo US\$ 3 milhões em cotas de patrocínio e US\$ 1 milhão em doações de pessoas físicas. A coordenação da mobilização de recursos do setor privado para o financiamento das obras esteve a cargo da Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP). Todavia, em conformidade com informação do embaixador Flecha de Lima, divulgada pela imprensa, o custo final da reforma/restauração foi de US\$ 1,5 milhão. (CATTE, 2010).

Durante os trabalhos da restauração, fatos novos foram descobertos: afrescos do século XVIII em um dos cômodos, uma torre pequena sob o telhado, ainda com a cor da pintura externa original, que, ao invés da cor ocre característica das construções do centro histórico de Roma, era azul-celeste (pálido), ou “da cor do ar” (*gris de lin antracite* – nome técnico), no dizer da arquiteta responsável pelas obras. É assim que o Palácio está atual e externamente pintado, pois, segundo Cyrillo Gomes, “a nova cor desmaterializa o peso do edifício.” (CATTE, 2010).

Considerações finais

Os anos, que antecederam a Ditadura Militar (1964-1985) no Brasil, foram difíceis, cheios de altos e baixos na política nacional, mais de baixas que de altas. Saiu-se de um período anterior pró-desenvolvimentista com Juscelino Kubitschek, entrou-se em uma indefinição após a eleição de Jânio Quadros, época marcada por decisões moralistas e conservadoras. E com a renúncia deste, estabeleceu-se a dúvida quanto ao vice João Goulart, posto que adepto de “ideologias de Esquerda”: dever-se-ia ou não deixá-lo assumir a chefia do Poder Executivo? A solução encontrada para que ele tomasse posse foi mudar o regime político do país, passando do Presidencialismo ao Parlamentarismo. Tancredo Neves assumiu o cargo de Primeiro Ministro e João Goulart, o de Presidente da República.

O país, incluído no rol dos Estados-nação do chamado “Terceiro Mundo”, com tendências políticas voltadas à “Esquerda e pró-União Soviética”, enfrentava ferrenha oposição de “Direita”, que culminou com o “Golpe Militar de 1964”, implantando no país uma “Ditadura de extrema Direita”. Foi nesse cenário, anterior a 1964, pré-ditadura militar, que ocorreu a aquisição do Palácio Pamphili pelo governo brasileiro. A oportunidade da compra não foi desperdiçada. O país envidou esforços para adquirir o palácio, até porque o fechamento da transação denotava poder. Tratava-se da demonstração de poder de uma nação latino-americana na Europa, e não em um país qualquer, mas na Itália e em Roma (*caput mundi*). Também a Casa do Brasil em Roma não seria uma casa qualquer, mas um palácio grandioso, de importância artística, histórica e cultural.

Mesmo sabendo que a *domus* brasileira em Roma era/é uma expressão acintosa da desigualdade social existente no país, para a elite brasileira valeria/valeu a pena sua aquisição e pouco se lhe importou/importou se tal fato reacenderia/reacende a dicotomia freyriana de

“sobrados e mocambos”. Como a elite brasileira tem os pés na Europa, esta precisava/precisa ter ali uma casa digna, uma tebaida, expressão de poder e *status*, distante da miscigenação e da pobreza do país que acolheu seus antecessores.

No entanto, essa casa está também distante de ser representativa da maioria dessa elite, pois parte dela descende do imigrante europeu branco pobre, oriundo de estrato social inferior e desprovido de recursos ou de outros meios para ascender socialmente em seu país de origem. Diz-se, portanto, tratar-se de um ser humano *senz’arte, nè parte* (“sem eira, nem beira”), na diáspora, a fugir da penúria. Conscientemente ou não, continuou/continua impregnado de determinismo racial higienista e eugenista. Teorias já desconstruídas cientificamente, muito embora, ainda evocadas para dar sustentação a comportamentos preconceituosos, desumanos e racistas, assumidos por uma elite comportadamente aquém da demandada *finesse*, todavia, *rempli de soi-même*.

Não resta dúvida que foi uma bela e valiosa aquisição: a compra do Palácio Pamphili pelo governo brasileiro. Desde então, o Brasil é proprietário de um tesouro inestimável do barroco romano. A questão está em quem desfruta ou pode desfrutar desse patrimônio. Certamente, diplomatas, autoridades e um pequeno grupo da mencionada elite brasileira, quer residente temporária ou permanentemente na Itália, quer de passagem por Roma.

Portanto, se se pensar na desigualdade, eutocicamente, parida e, endemicamente, instalada e persistente no Brasil, ao invés de ser considerado promotor de hedonismo nacional, o dispêndio na compra do Palácio Pamphili pode, simplesmente, significar paroxismo agudo e dialético para a maioria da população brasileira, mais para os que sabem da existência desse patrimônio, menos para quem o desconhece. Apesar da bela ação governamental, por trás dela, esconde-se outra realidade, ratificadora de uma verdade virgiliana (*latet anguis in herba*), ou seja, que, sob uma bela aparência, por vezes, esconde-se uma grande maldade.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Gilmar. “Minha terra tem palmeiras”: paisagem, patrimônio e identidade nacional. In: FUNARI, P. P. A.; PELEGRINI, S.; RAMBELLI, G. (org.): *Patrimônio Cultural e Ambiental: questões legais e conceituais*. São Paulo: Annablume, 2009, v.1.

BARTOLUCCI, Andrea. *Palácio Pamphili*. Roma: Embaixada do Brasil, 1994.

BIAGI, Cristina. *Quando Roma scende in strada: Immagini delle feste popolari romane nel primo Ottocento*. Roma: Dino Audino Editore, [1992].

CARTA, Maurizio. *L'Armatura Culturale del Territorio: Il patrimonio culturale come matrice di identità e strumento di sviluppo*. Milão: Franco Angeli s.r.l., 2002. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Maurizio_Carta3/publication/312590875_L%27armatura_culturale_del_territorio_il_patrimonio_culturale_come_matrice_di_identita_e_strumento_di_sviluppo/links/5884970aa6fdcc6b7916b50a/Larmatura-culturale-del-territorio-il-patrimonio-culturale-come-matrice-di-identita-e-strumento-di-sviluppo.pdf. Acesso em: 10 ago. 2019.

CATTE, Silvana. Choque Azul: Embaixada brasileira restaura sede e muda a cor de um dos principais palácios de Roma. *Revista Época* [Globo], 2010. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI152020-15518,00.html>. Acesso em: 20 ago. 2019.

COLLINS English Dictionary. 3rd edition updated. Glasgow: HarperCollins Publishers, 1994.

ENCICLOPEDIA ZANICHELLI. *Dizionario Enciclopedico di Arti, Scienze, Tecniche, Lettere, Filosofia, Storia, Geografia, Diritto, Economia*. Bolonha: Edigeo; La Repubblica, 1995.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Amor a Roma*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. *Patrimônio histórico e cultural*. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed., 2009.

GONDIM, Hugo Gouthier de Oliveira. *Casa do Brasil em Roma: Palácio Doria Pamphili (Histórico e Documentação)*. Roma: Embaixada do Brasil; SEPRO, 1963.

HINTZEN-BOHLEN, Brigitte. *Arte e Arquitetura: Tradução de Antônio Maia da Rocha; Ricardo Faria Roma*. Lisboa: DinaLivro, 2006.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

IZQUIERDO IZQUIERDO, José Antonio. Latet anguis in herba (Virg. BUC. 3, 93): vehículo para la expresión del desengaño amoroso. *Helmantica: Revista de Filología Clásica y Hebrea*, v. 44, n. 133-135, p. 257-266, 1993.

MIRANDA, Javier Flórez. *El concepto de Patrimonio Cultural* [199-]. Disponível em: geocites.ws/faonta/patrimoniocultural.htm. Acesso em: 15 ago. 2019.

NATALI, Andrea. Evoluzione dei Concetti di Conservazione e di Tutela dei Documenti Grafici in Età Moderna nello Stato Ponteficio, *Culture del Testo e del Documento*, v. 15, p. 103-131, 2004. Disponível em: https://www.academia.edu/3319518/_2004_Evoluzione_dei_concetti_di_conservazione_e_di_tutela_dei_documenti_grafici_in_et%C3%A0_moderna_nello_Stato_Pontificio._CULTURE_DEL_TESTO_E_DEL_DOCUMENTO._vol._15_pp._103-131_ISSN_1593-5698. Acesso em: 15 ago. 2019.

PELEGRINI, Sandra C. Araújo. Apontamentos sobre as relações entre patrimônio, natureza e cultura na América. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 63, a. VI, 2006.

PINHO, José Antônio Gomes; SACRAMENTO, Ana Rita Silva. *Accountability: já podemos traduzi-la para o português?* *Revista de Administração Pública*, v. 43, n. 6, p. 1343-1368, 2009.

SCHULZE, Hagen. *Germany: a new history (Kleine Deutsche Geschichte)*. Tradução para o inglês de Deborah Lucas Schneider. Cambridge (Mass.): Harvard University Press, 1998.

SOARES, Ednaldo. Associação Comercial da Bahia: a construção de um patrimônio cultural, *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, v. 114, p. 223-240, 2019.

THOMAS, Antoine Jean-Baptiste. *Un an à Rome et dans ses environs*. Paris: Firmin Didot, 1823 e Nápoles: A. Marotta Editore, 1971.

Ednaldo Soares é Pesquisador na Escola de Administração e no Departamento de Museologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Pós-Doutor e Doutor em Administração pela UFBA. Mestre em Administração pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS), em São Paulo. Graduado em Gestão de Comércio Exterior pela Universidade Paulista (UNIP). Especialista em Elementary Teacher in Mathematics pela University of Texas at Edinburg, nos Estados Unidos. É sócio efetivo do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB) e da *Associazione Italia-Brasile* (Roma).

Como citar:

SOARES, Ednaldo. Palácio Pamphili – a Casa do Brasil em Roma: patrimônio e símbolo de poder que a nação desconhece. *Patrimônio e Memória*, Assis, SP, v. 16, n. 2, p. 266-282, jul./dez. 2020. Disponível em: pem.assis.unesp.br.